

Senado modifica a reeleição

BRASÍLIA - O Senado aprovou ontem, com 50 votos favoráveis e 22 contrários, proposta de emenda constitucional que obriga o presidente da República, governadores e prefeitos a se desincompatibilizar seis meses antes das eleições para evitar a corrupção no processo eleitoral.

O texto, que precisa ser aprovado pela segunda vez no Senado, de autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), tem a justificativa de que os administradores que disputam a reeleição ainda no cargo

têm vantagens. Segundo Nabor, eles podem utilizar a "a máquina administrativa em favor de sua candidatura, em detrimento de outros postulantes que, já de início, enfrentam a campanha com menor vantagem do que a do governante candidato".

O assunto dividiu tanto os senadores da oposição quanto governistas. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (sem partido-DF) defenderam a renúncia e criticaram a reeleição. "Não há dúvidas de que Fernando

Henrique tenha comprado votos para garantir sua reeleição", criticou Lauro Campos. Contrariando os colegas da oposição, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a proposta diminui o tempo de mandato.

O argumento foi o mesmo do líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), para quem "a renúncia pode diminuir em até 20% o mandato dos administradores". Já o senador Íris Rezende (PMDB-GO), argumentou que o peso de um candidato

detentor de mandato é muito maior que o de seu adversário numa disputa.

O senadores também aprovaram projeto que determina regras de inelegibilidade para senadores. Pelo texto aprovado, são inelegíveis senadores em meio de mandato que tentarem nova eleição para o mesmo cargo, ficando excluídos da determinação aqueles que renunciarem até a data da convenção partidária. Depois de votado em segundo turno no Senado, o texto segue para a Câmara dos Deputados.